

UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PAULA, Lara Pinheiro de ¹ ; PAULA, Lara Pinheiro de ²

¹ Graduação em Pedagogia - UNIFAGOC

² Docente Pedagogia - UNIFAGOC



larapinho.ped@gmail.com
ludmilla.araujo@unifagoc.br

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar o uso do livro didático na Educação Infantil das escolas da rede municipal de Ubá-MG, investigando a opinião das professoras no que diz respeito aos desafios encontrados em sua utilização. Utilizou-se a pesquisa qualitativa e o estudo de caso como metodologia, objetivando pesquisar o caso específico das escolas da cidade. Aplicou-se um questionário às professoras para coletar os dados, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Concluiu-se que o livro didático, apesar de ser uma ferramenta rica, mostrou-se um desafio na educação infantil, uma vez que as professoras encontram dificuldades em administrar o tempo dedicado ao livro e às outras atividades. Ressalta-se que o uso do livro tem ocupado grande parte da aula, deixando pouco tempo para as brincadeiras lúdicas, tão importantes na educação infantil.

Palavras-chave: Livro didático. Educação infantil. Lúdico.

INTRODUÇÃO

Um assunto que, definitivamente, não é consenso entre os profissionais da educação de um modo geral é sobre o uso dos livros didáticos na Educação Infantil. Utilizados em muitas escolas do Brasil e do mundo, os livros didáticos são adotados em quase todas as fases da etapa escolar e, algumas escolas, os utilizam também na Educação Infantil. Há quem defenda o uso em todos os segmentos da educação básica, mas também há quem condene seu uso excessivo, principalmente na Educação Infantil.

Entre os defensores do livro na Educação Infantil, estão os professores considerados conteudistas, que argumentam sobre a importância do aprendizado dos conteúdos tradicionais e a preparação das crianças para as aprendizagens curriculares do Ensino Fundamental desde cedo, inclusive com o aval e a cobrança dos pais. Entre os que discordam do seu uso, estão aqueles que argumentam sobre a necessidade de proporcionar, na Educação Infantil, brincadeiras para o desenvolvimento corporal, equilíbrio, relações sociais e interação com o meio em que essas crianças estão inseridas, ou seja, “conteúdos” realmente importantes para se trabalhar na Educação Infantil, que podem acabar sendo deixados um pouco de lado devido à massificação do uso do livro didático (MARTINS, 2016).

Nesse sentido, com a adoção de livros didáticos em muitas escolas de Educação

Infantil pelo Brasil, faz-se necessária a realização de pesquisas para refletir sobre o uso dessa ferramenta nesse segmento de ensino. Estudos e pesquisas sobre a história dos livros didáticos no Brasil indicam o longo caminho desse objeto da cultura escolar, antes mesmo da criação da imprensa, no século XV, quando poucos estudantes tinham acesso ao material escrito, pois os livros eram copiados manualmente (FREITAS; RODRIGUES, 2008). Ou seja, o uso de livros didáticos nas escolas naturalizou-se e tornou-se algo comum. Por isso é importante refletir sobre seu uso neste novo contexto educacional do século XXI.

Apple (1995), (citado por BARBOSA et al., 2018, p. 81) afirma que “são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países”, enquanto, para Martins (2016), eles não são fundamentais na fase da Educação Infantil, devido às especificidades desta etapa de ensino, que engloba linguagens diversas e modos de aprendizagem estruturados em torno do brincar.

O fato de o livro didático ser uma ferramenta importante e usual no processo educativo é demonstrado no próprio processo histórico da educação brasileira, mas o seu uso na Educação Infantil encontra resistência de alguns educadores, pedagogos, pensadores, pelo processo lúdico que defendem nessa fase de aprendizagem das crianças. O brincar e o interagir como ferramentas de coordenação motora, reconhecimento do corpo, do espaço, uso de objetos e atividades sensíveis e motoras têm um caráter mais relevante do que o uso do livro didático.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Ubá-MG, por meio de sua Secretaria de Educação, adotou, no mandato de 2018, o uso do livro didático na Educação Infantil, inserindo uma coleção em todas as escolas municipais da cidade. Esse fato nos levou a querer apurar a visão dos professores em relação ao trabalho com esses livros didáticos na educação infantil dessas escolas.

Dessa forma, faz-se o seguinte questionamento: quais são os pontos positivos e negativos da implementação de livros didáticos na Educação Infantil das escolas municipais de Ubá-MG? Quais são os desafios e as possibilidades desse uso?

Este trabalho teve como objetivo avaliar o uso do livro didático na Educação Infantil das escolas da rede municipal de Ubá-MG, investigando a opinião das professoras no que diz respeito aos desafios encontrados na sua utilização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação infantil: contexto histórico

A Educação Infantil consiste na educação de crianças de até cinco anos, portanto tem o objetivo de educá-las e desenvolvê-las em seus diferentes aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. Atualmente, tem-se o conhecimento da importância da

Educação Infantil em auxiliar as famílias e a sociedade no desenvolvimento da criança, porém, a consolidação dessa etapa educacional ocorreu apenas a partir do final da década de 1980 no Brasil, impulsionada pela Constituição Federal de 1988 (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

A Educação Infantil passou por um gradativo processo de evolução até se consolidar como tal. Esse processo se inicia com a mudança da visão sobre a criança, que, impulsionada pela transição do período medieval para a modernidade, recebeu um novo significado. Por conseguinte, as alterações na sociedade oriundas da consolidação e do desenvolvimento do capitalismo desencadearam uma demanda de afirmação de uma nação civilizada na Europa. Essa demanda fez com que a educação, que era voltada anteriormente apenas para adultos e jovens trabalhadores, passasse também a dar atenção às idades iniciais (NASCIMENTO, 2015).

Durante a Idade Média, tinha-se a visão de que a criança se tratava de uma “miniatura de adulto”, portanto não existia uma divisão clara entre as idades da vida. Sobre novos contextos sociais, percebe-se que a sociedade restringe vários produtos, como bebidas, filmes, brinquedos, entre outros, por faixa etária. Além disso, mesmo que variando nas diferentes culturas, divide-se a sociedade entre diferentes fases da vida através de denominações como: infância, adolescência e idade adulta. Na Idade Média, a sociedade não se atentava a esse tipo de estratificação, portanto, o conceito de infância se constituiu, historicamente, a partir da Idade Moderna. Essa construção leva a sociedade a se ater ao fato de que o período da infância trata de uma faixa etária que requer cuidados próprios da idade e, além de requerer demasiada atenção, deve-se desenvolver as capacidades cognitivas nessa idade de descobertas (LINHARES, 2016).

No Brasil, segundo Nascimento (2015), a discussão sobre a criança surgiu ao final do século XIX, impulsionada pelas classes sociais mais altas, como médicos e advogados, que, em paralelo ao surgimento das creches na Europa, realizavam seminários e congressos para dar maior atenção à situação da infância. Tal discussão desencadeou mais tarde na estruturação de instituições para atender as crianças. Em um primeiro momento no Brasil, essas instituições surgiram para atender a demanda das crianças carentes, que, em sua maioria, eram filhos de escravos. Posteriormente, como também ocorreu na Europa, a expansão das indústrias no Brasil durante o século XX desencadeou em um novo contexto, período em que se identifica o aumento do número de creches para atender os filhos dos operários. Paralelamente às instituições que atendiam às crianças de classes sociais inferiores, surgiram também os jardins de infância, instituições privadas, que recebiam os filhos das classes sociais abastadas (NASCIMENTO, 2015).

Em face do exposto, nota-se a ausência do Estado na participação do desenvolvimento das instituições para crianças até então. Segundo Nascimento (2015), o Estado começou a participar desse processo durante o Estado Novo (1937-1945), com o surgimento das instituições públicas, antes praticamente inexistentes, ainda que em parcerias com a iniciativa privada e com instituições filantrópicas. Somente com a pressão, nos anos subsequentes, da população que necessitava de maior disponibilidade de

creches com caráter assistencialista, é que o Estado instaura a abertura delas, agora de fato sobre sua administração.

Porém, as creches ou casas assistencialistas, como eram conhecidas, não apresentavam um caráter educacional nesse período, uma vez que serviam mais para cuidar das crianças enquanto seus pais trabalhavam fora. Assim, a Educação Infantil se consolidou, com o real significado que o seu nome confere somente a partir da abertura política do país, através da Constituição de 1988, a qual conferiu às crianças o título de sujeitos de direito à educação. Subsequentemente à Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9.934 do ano de 1996 decreta a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica (NASCIMENTO, 2015).

Aspectos legais da Educação Infantil

Segundo o portal do MEC, há alguns anos, foi assinada a LDB, a qual foi um marco, pois trouxe importantes inovações e permitiu avanços significativos na educação brasileira. Na seção II, na parte da Educação Infantil, o Art. 29, afirma que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Sobre a Educação Infantil, o documento diz:

No Art. 30, a Educação é dividida da seguinte forma I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 (três) anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. O Art. 31., afirma que a Educação Infantil será organizada com as seguintes regras: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, 1996).

Outro documento recentemente criado é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteia a criação dos currículos dos sistemas e das redes de ensino, também utilizada como proposta pedagógica de todas as escolas privadas e públicas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o território brasileiro (BRASIL, 2019).

A BNCC tem com finalidade estabelecer conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da sua vida acadêmica. Orientada por princípios éticos, políticos e estéticos, a base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para

a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar que esse documento engloba a Educação Infantil e apresenta todos os conteúdos que as crianças devem adquirir de zero a cinco anos, consolidando mais ainda esta etapa como essencial para o desenvolvimento do ser humano.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E, a partir da modificação introduzida em 2006 na LDB, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos (BRASIL, 1996). Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

Uso do livro didático na Educação Infantil

Diante do exposto, percebe-se que a visão sobre a Educação Infantil mudou com o passar do tempo. Antes era vista como assistencialista, uma vez que as crianças permaneciam nas escolas para que seus pais pudessem trabalhar. As escolas funcionavam como creches, em que a ideia era o cuidado das crianças, e não o desenvolvimento de habilidades próprias da fase. Hoje, a Educação Infantil é parte fundamental do processo de escolaridade das crianças, pois, é quando acontece a preparação para o Ensino Fundamental e desenvolvimento de inúmeras habilidades.

Nesse sentido, algumas escolas de Educação Infantil, nos dias de hoje, adotam livros didáticos, antes utilizados somente com crianças na etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

As diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e a BNCC não fazem referência ao livro didático para essa faixa etária (0 a 5 anos); apesar disso, com o uso de livros nesse segmento de ensino por muitas escolas, faz-se necessário pesquisar este tema e compreender como está acontecendo este uso, uma vez que a ideia do lúdico e do brincar são aspectos inerentes e fundamentais na Educação Infantil (BRASIL, 2010). Segundo Lima (2016, p. 2):

De acordo com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, o currículo da Educação Infantil é concebido como “conjunto de práticas que buscam fazer uma ligação entre os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico, ambiental e tecnológico, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos.

Nesse sentido, a Educação Infantil é uma etapa responsável pelo desenvolvimento de inúmeras habilidades da criança, como por exemplo, emocionais, motoras, sensitivas, dentre outras, e, por isso, é importante verificar se a exacerbação do uso do livro didático está ocupando muito o tempo que deveria ser dedicado a estes outros aspectos do desenvolvimento da criança.

No entanto, diversos pesquisadores têm reiterado a importância do uso do livro didático nas escolas. Segundo Carneiro e Santos (2006, p. 206 apud LIMA, 2016):

O livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior. Deste modo, a última função depende de o livro permitir que aconteça uma interação da experiência do aluno e atividades que instiguem o estudante a desenvolver seu próprio conhecimento ou, ao contrário, induzi-lo à repetições ou imitações do real. Entretanto o professor deve estar preparado para fazer uma análise crítica e julgar os méritos do livro que utiliza ou pretende utilizar, assim como para introduzir as devidas correções e/ou adaptações que achar conveniente e necessárias.

O livro didático na Educação Infantil, segundo Martins (2016), não é fundamental nessa etapa, porém é preciso refletir sobre a pertinência do material diante dos objetivos de aprendizagem e do projeto educativo da escola. O critério possibilita romper tanto com a concepção que impõe esse recurso didático como referência de toda e qualquer prática pedagógica quanto com a visão que o coloca como vilão. Por causa das especificidades da etapa de ensino, que engloba linguagens diversas e modos de aprendizagem estruturados em torno do brincar, é relevante usar materiais contextualizados, elaborados pela própria equipe docente.

Vale ressaltar que não existem muitas pesquisas realizadas especificamente sobre o uso de livros didáticos na educação infantil, portanto este estudo pretende produzir um pensamento a respeito do assunto. Por isso, ele surgiu diante da necessidade de investigar como está acontecendo a implantação de livros didáticos nas salas de Educação Infantil das escolas da prefeitura da cidade de Ubá-MG.

O livro didático nas escolas Municipais da cidade de Ubá

Ubá é uma cidade com 101.519 habitantes, localizada na região da Zona da Mata de Minas Gerais, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE (2019). Possui 26 escolas Municipais, que recebem crianças de 0 a 5 anos. Segundo informações colhidas na Secretaria Municipal de Educação (SME), a Rede Municipal de Ensino possuía, em 2019, no primeiro período da Educação Infantil, 1.012 alunos e, no segundo período, 1.044 alunos, perfazendo um total de 2.056 alunos (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, 2018).

No ano de 2019, foi implantada uma coleção de livros didáticos em todas as escolas municipais. No dia 27 de abril de 2018, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de

Educação, realizou uma solenidade de entrega simbólica de 12 mil livros para os alunos de 1º e 2º períodos da Educação Infantil, realizada em uma das escolas municipais. Durante a cerimônia, a assessora técnica pedagógica da secretaria ressaltou a importante iniciativa de adquirir o livro para os alunos de 4 a 5 anos:

Nossa decisão em implantarmos os livros didáticos na Educação Infantil teve como principal objetivo e, terá como retorno de investimento de nossa ousada e necessária ação, um trabalho que contemple a criança como sujeito histórico e de direitos, que deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura, mas sem deixar de lado a brincadeira, a fantasia indissociáveis à infância. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, 2018).

O prefeito também se posicionou em relação ao uso do livro didático, quando disse: “A administração municipal sempre dará apoio às ações que representam o avanço do ensino em Ubá. Além de ser uma obrigação, investir em uma educação de qualidade para todos é um compromisso para garantir o futuro da sociedade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, 2018).

Nesse sentido, percebe-se que a compra de livros didáticos realizada pela Prefeitura de Ubá foi bem intencionada e visava melhorar e aprimorar o ensino das crianças da Educação Infantil das Escolas Municipais, como mostra, também, uma reportagem publicada na página da prefeitura da cidade, que diz que “o feito inédito traz para educação do Município uma nova realidade no dia a dia dos alunos e professores. Com o material adquirido, as crianças serão despertadas para o prazer de estudar, o vínculo com os livros e o universo pedagógico” (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, 2018).

METODOLOGIA

A pesquisa surgiu diante da necessidade de verificar, dentro das escolas, como está acontecendo a implantação de livros didáticos e, também, discutir sobre o papel desse instrumento de base pedagógica. Pretendeu-se analisar a percepção dos professores sobre o uso desses livros e se sua utilização está acontecendo de forma significativa.

Para realização desta pesquisa, optou-se por utilizar o método classificado como qualitativo, por entender que esta investigação tem o objetivo de coletar informações, na tentativa de compreender e interpretar certos comportamentos, opiniões e expectativas dos indivíduos de uma população (LAKATOS; MARCONI, 1991). Esta pesquisa tem a intenção de produzir um pensamento e apresentar dados de uma realidade específica.

Primeiramente, a pesquisa se deu por meio de uma seleção de obras, possibilitando uma fundamentação teórica e conhecimento das produções acerca do uso do livro didático na Educação infantil. Portanto, este trabalho tem, também, um caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica

é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa, livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses, artigos científicos e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas na identificação do material referenciado ou na bibliografia final. (MACEDO, 1994).

Trata-se também de um estudo de caso, uma vez que estuda empiricamente o fenômeno da implementação de livros para crianças de educação infantil. Segundo Ventura (2007, p. 384):

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, que tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado. Nesse tipo de entrevista, “há o momento das perguntas anteriormente determinadas, podendo ser as respostas relativamente livres. Caso haja a necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos respondentes” (OLIVEIRA, 2009, p. 12). Foi utilizado, também, um questionário com perguntas objetivas, que é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100).

Foram entrevistadas duas professoras, uma do primeiro período e uma do segundo período, de duas escolas diferentes, uma vez que todas as escolas recebiam o mesmo planejamento vindo da Secretaria Municipal de Educação. Portanto, teoricamente, todas as salas de Educação Infantil teriam um funcionamento de proposta semelhantes. Nesse sentido, utilizar essa amostragem foi válido para uma possível análise da situação. Sobre os questionários, conseguiu-se o retorno de 44 respondidos de um total de 60 enviados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário fechado, com 12 questões objetivas para 44 professoras da rede municipal, que lecionam para o 1º e 2º período. Além disso, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 2 professoras, do 1º e 2º período. As duas entrevistadas serão chamadas de professora A e professora B para preservar sua identidade. Também foram coletadas informações a respeito do livro que está sendo utilizado.

O livro é da coleção Alecrim. Cada aluno recebe, no início do ano, um pacote que contém 2 livros (que são utilizados durante o ano, sendo o primeiro até o meio do ano, e o segundo até o final). Cada livro possui 3 unidades, que vão da página 1 à 30, totalizando 90 páginas. No final do livro, encontram-se algumas páginas destinadas à atividade de destacar e colar, ligada a estes encartes. Todas as atividades possuem instruções no verso da folha. Além desses livros didáticos, a coleção possui dois livros de literatura, um livro do professor e um guia didático, que contém instruções para guiar o professor (Figura 1).

Figura 1: Livro didático Coleção Alecrim



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Sobre os dados da pesquisa, o questionário foi dividido em duas partes; na primeira, colheram-se dados objetivos, como idade e tempo de serviço. A segunda parte do questionário foi de natureza subjetiva, procurando saber das professoras como está sendo o uso do livro didático na Educação Infantil.

Em relação à idade, a maioria das professoras participantes da pesquisa possuem mais de 40 anos. Isso mostra que a pesquisa foi realizada com uma população de professoras mais experientes.

Quanto ao tempo de serviço, constatou-se que 56,42% das participantes da pesquisa trabalham na escola da prefeitura há mais de 6 anos; portanto, trata-se de uma novidade o uso do livro didático para Educação Infantil.

As professoras com mais tempo de atuação, ou seja, com mais preparo na escola, têm uma opinião a respeito do livro diretamente ligada à sua experiência como educadoras na fase da Educação Infantil, uma vez que, durante anos, trabalharam com material próprio, desenvolvido em conformidade com os profissionais técnicos da SME e passaram a utilizar o livro didático a partir de 2018 (ano que foi implantado). As professoras que acabaram de chegar na realidade escolar, sem terem conhecido o ensino sem o livro, tem suas opiniões de acordo com outros critérios.

Sobre esse assunto, a professora entrevistada chamada de A, ao ser perguntada sobre o livro didático que está utilizando, afirmou: “Não é de todo ruim. Mas, pra mim, que já trabalhei há mais de dezoito anos sem ele, torna-se dispensável”.

Em relação à fala sobre sua experiência de dezoito anos, percebe-se que a professora valoriza muito a sua experiência e tem extrema segurança em seu posicionamento como professora, desvalorizando, portanto, o livro didático. Segundo Garcia (2010, p. 14), acredita-se que “a prática faz o docente muito mais do que a teoria adquirida na formação inicial. Sob essa perspectiva, atribui-se um valor ‘mítico’ à experiência como fonte de conhecimento sobre o ensino e sobre o aprender a ensinar”.

Esse valor seria mítico, pois, segundo Garcia (2010), apoiado nas ideias de Dewey (1938), a experiência seria algo relativo. Tudo depende da qualidade da experiência. Assim, acredita-se que ter experiência não garante uma prática melhor do que a de alguém que está iniciando sua carreira como docente.

É muito importante que as professoras estejam sempre se atualizando, pensando em fazer cursos de formação continuada para conseguirem atuar com as novidades da melhor forma possível. De acordo com Christov (2003, p. 44), “a formação continuada se faz necessária para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuírmos direções esperadas a essas mudanças”.

Assim, percebe-se que a experiência profissional e a formação continuada, bem como quaisquer outras formas de aprimorar o conhecimento, são necessárias e fundamentais para melhorar o desempenho profissional, de qualquer área. Em se tratando da área educacional, isso se faz imprescindível, principalmente pelas atualizações que estão ocorrendo no contexto escolar.

Para investigar se as professoras estão atualizadas quanto aos objetivos da Educação Infantil, investigou-se a opinião das entrevistadas sobre qual seria o objetivo da Educação Infantil e se elas viam no livro didático a possibilidade de obter benefícios para atender esses objetivos. A professora A respondeu que “o principal objetivo da educação infantil é dar possibilidades à criança de se desenvolver integralmente, isto é, cognitivo, social, emocional e físico”. Sobre os objetivos da Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz:

As creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, o objetivo da Educação Infantil é promover experiências e conhecimentos que complementem a educação familiar e desenvolvam competências e habilidades relacionadas à fase em que a criança se encontra, ou seja, um desenvolvimento integral. Sendo assim, a professora A tem domínio das habilidades que se esperam na Educação Infantil.

Sobre os pontos negativos e positivos do livro didático na educação infantil, a professora A ressaltou que “os pontos positivos são a economia de atividades em folhas xerocadas, criatividade e desenhos bem elaborados; já os pontos negativos são as atividades com encartes que demoram, perdem, rasgam, amassam e algumas atividades não condizem com a realidade ou vivência das crianças, sendo complicadas para a idade.” No entanto, não se tem conhecimento do custo do livro comparado às impressões feitas pela escola, portanto não existe a possibilidade de saber se essa economia financeira acontece. Acredita-se que o livro tem um custo alto, pois é colorido e feito com material de boa qualidade.

A professora B leciona no 1º período e, segundo ela, “o livro didático é um recurso de grande valor no contexto ensino-aprendizagem”. Porém, em se tratando de crianças muito pequenas, ela alega existirem outros recursos que podem ser utilizados pelo professor que também dão grandes resultados na aprendizagem e no desenvolvimento da criança como, por exemplo, uso de brincadeiras, de material concreto e lúdico. Sobre esses recursos, Dallabona (2004, p. 110), afirma que “brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade”. Dessa forma, ressalta-se o cuidado que as professoras devem ter com o uso excessivo do livro e a privação de brincadeiras lúdicas, tão importantes para o desenvolvimento das crianças.

Segundo Horn (2004, p. 24), “o lúdico, ou seja, as brincadeiras jogos e brinquedos, na educação infantil são de suma importância para o desenvolvimento das crianças, pois são atividades primárias, as quais trazem benefícios nos aspectos físico, intelectual e social”. Do total da pesquisa, 45,45% dos professores acreditam que o livro prejudicou o lúdico, principalmente pelo motivo de tomar muito tempo da aula na realização de atividades. Nesse sentido, a professora A ressaltou que “o tempo gasto registrando no livro didático determinados conteúdos, poderia ser utilizado para realização de atividades lúdicas e de forma concreta”. No entanto, 54,55% acreditam que o lúdico não ficou esquecido, e a professora A acredita que “o professor da educação infantil precisa usar o bom senso, e fazer escolhas coerentes, utilizando apenas o que for viável para os alunos”.

Em relação à questão do tempo relatado, a professora B também concorda, destacando que “o livro é um ótimo material, a maior dificuldade é utilizá-lo em uma sala de aula cheia, com muitos alunos, sem uma ajudante. Os alunos não conseguem achar a página sozinhos, precisam de ajuda e perdemos muito tempo para realizar apenas uma atividade. Por dia costumam ter duas ou três atividades do livro, mais as folhas xerocadas”. Dessa forma, percebe-se que um dos problemas do uso do livro tem sido a dificuldade

dos alunos em localizar as páginas, o que demanda a utilização de grande parte da aula para a realização das atividades, bem como o excesso delas.

Segundo a professora A, “o livro é produzido pensando em atender as crianças no seu desenvolvimento, porém um bom livro pode tornar-se inútil caso não sejam realizadas atividades prévias e complementares para atender as especificidades de cada criança. Segunda ela, seu maior desafio “é elaborar atividades diversas que levem toda a turma ao ponto de partida necessária para realização com êxito da atividade proposta no livro”.

Além das atividades que tomam muito tempo, conforme relato das professoras, ainda existe a necessidade das atividades prévias. Estas são indicadas no livro e servem para serem conduzidas pelas professoras, ou seja, para orientar sobre o que o livro está pedindo antes de registrar por escrito. Exemplo: uma atividade pedindo que as crianças localizem figuras geométricas, como triângulo e retângulo, e as pinte de vermelho. Nas atividades prévias, o professor é orientado a utilizar blocos lógicos, concretos, com as crianças, antes de registrar no livro. Nesse sentido, as professoras foram questionadas se elas realizam essas atividades, e 90,91% (40) responderam que sim. A professora B ressaltou que tenta fazer todas as atividades prévias, mas há dias em que não sobra tempo, ou ela não consegue dar conta de todas as atividades do dia.

Ao serem questionadas sobre algum processo de capacitação para o uso do livro didático, 84,09% das professoras disseram que não houve qualquer preparação, como curso ou materiais de estudo. Segundo a professora B, não foi disponibilizado “curso ou material de estudo antes de começar o trabalho, não. Mas uma orientação da supervisora da escola para nos orientar na realização deste trabalho houve”. A professora B afirmou que “o livro destinado ao professor traz as informações e objetivos necessários, cabe a cada professor se interessar mais e estudar as instruções”.

Dessa forma, percebe-se que algumas escolas tiveram orientação das supervisoras, que auxiliaram no uso do livro. Outras afirmam que essa orientação não existiu. Contudo, não houve treinamento diretamente com as professoras por parte da Secretaria de Educação, que implementou os livros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi avaliar o uso dos livros didáticos na Educação Infantil das escolas municipais de Ubá-MG, onde foram aplicados questionário e entrevista para avaliar a opinião das professoras.

Constatou-se que a maioria das professoras acredita que o livro não contempla todas as habilidades da educação infantil e que, em se tratando de crianças muito pequenas, outros recursos podem ser utilizados pelo professor que também dão grandes resultados na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, como o concreto e o lúdico.

Outro ponto foi a dificuldade em conciliar as atividades lúdicas e o uso do livro

didático, pois este último demanda a utilização de grande parte do tempo das aulas, o que tem causado comprometimento do tempo para brincadeiras, manipulação de materiais, trabalhos fora da sala, atividades lúdicas, dentre outras ações pedagógicas tão indispensáveis na idade dos alunos e na formação deles.

Dessa forma, apesar de apenas 45,45% das professoras afirmarem que o lúdico ficou prejudicado com a inserção do livro didático, as falas das entrevistadas devem ser consideradas, quando afirmam que o tempo gasto registrando no livro didático determinados conteúdos, a dificuldade que os alunos possuem para encontrar a página do livro (condizente à idade deles), bem como a dificuldade com o encarte tomam muito tempo da aula que poderia ser utilizado para atividades lúdicas e concretas.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o fato de uma pequena parte das entrevistadas não realizarem as atividades prévias propostas no livro. É importante ressaltar que, sem a realização das atividades prévias, o livro fica incoerente e perde sua função.

Assim, percebe-se, com esta pesquisa, que o uso do livro não é ruim; no entanto, precisa haver uma maior organização do tempo das aulas e uma maior orientação para as professoras sobre a forma de utilizá-lo. Como sugestão, acredita-se que deveria haver uma diminuição das atividades do livro e uma discussão das professoras com a Secretaria Municipal de Educação para analisar a realidade das escolas de Ubá e avaliar qual seria a melhor forma de utilizar o livro didático.

Conclui-se que o livro didático, apesar de ser uma ferramenta rica, mostrou-se um desafio na Educação Infantil, uma vez que as professoras encontram dificuldades em administrar o tempo dedicado ao livro e às outras atividades. Ressalta-se que o uso do livro tem ocupado grande parte da aula, deixando pouco tempo para as brincadeiras lúdicas, tão importantes na educação infantil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina; BOITO, Cristiane. As brincadeiras e as interações nos livros didáticos para educação infantil. *Acta Scientiarum Education*, v. 40, n. 2, e. 31474, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Lara%20Pinheiro/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/31474-751375137828-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lara%20Pinheiro/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/31474-751375137828-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. 34p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC- SEB, 2010.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a base*. Brasília, MEC/CONSED/ UNDIME, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. *Coordenador pedagógico e a educação continuada*. São Paulo: Loyola, 2003.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. O lúdico na Educação Infantil: Jogar, brincar, uma forma de educar. Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG, v. 1, n. 4, jan.-mar. 2004.

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. DA Pesquisa, v. 3, n. 1, Florianópolis, p. 26-33, 2008. Disponível em: http://ceres.udesc.br/arquivos/porta_antigo/Seminario18/18SIC/PDF/074_Neli_Klix_Freitas.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

GARCIA, Carlos Marcelo. O professor Iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 11-49, ago./dez. 2010. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso em: 30 ago. 2019.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uba/panorama> Acesso em: 06 ago. 2019

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Poliana de Oliveira. Livro didático na educação infantil: o que dizem as crianças sobre o alfa e beto? In: 9º Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 9, n. 1, 2016, Sergipe. Anais, 2016.

LINHARES, Juliana Magalhães. História Social da Infância. INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada PRODIPE - Pró-Diretoria de Inovação Pedagógica. 1. ed. Sobral, 2016.

MACEDO, Neusa Dias de. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo, 1994.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Neurilene. É adequado usar livro didático com crianças da Educação Infantil? 2016. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8228/e-adequado-usar-livro-didatico-com-criancas-da-educacao-infantil> acessado em 17/02/2019. Acesso em: 2 fev. 2019.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência? In: XII Congresso Nacional de Educação, 12, Paraná, 2015. p. 17439-17455.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e característica. Travessias, Paraná, ed. 4. 2009.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista Histedbr On-line, Campinas, v. 1, n. 33, p.78-95, mar. 2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ. 2018. Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/uba-disponibiliza-material-didatico-para-alunos-da-educacao-infantil/132168>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VENTURA. Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista SOCERJ, 2007, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out.